

RIASE

REVISTA IBERO-AMERICANA DE SAÚDE E ENVELHECIMENTO
REVISTA IBERO-AMERICANA DE SALUD Y ENVEJECIMIENTO

POBREZA E PESSOAS IDOSAS:

A DIMENSÃO SUBJETIVA E EXISTENCIAL DO FENÓMENO

LA POBREZA Y LAS PERSONAS MAYORES:

LA DIMENSIÓN SUBJETIVA E EXISTENCIAL DEL FENÓMENO

POVERTY AND ELDERLY:

THE SIZE OF SUBJECTIVE AND EXISTENCIAL PHENOMENON

Ana Isabel Lapa Fernandes - Doutora em Serviço Social, Instituto Politécnico de Beja/Pt

RESUMO

Este artigo pretende realizar uma análise crítica à forma como as pessoas idosas vivenciam situações de pobreza, bem como refletir sobre os impactos subjetivos que a vivência deste fenómeno na primeira pessoa, acarreta para a dimensão existencial do Ser Humano. Envelhecer traduz uma conquista notável do desenvolvimento humano. Inúmeros discursos também configuram o envelhecimento como um problema social, que não deixando de o ser, não pode ofuscar este inegável progresso civilizacional. Quando configurado como problema social, são diversas as facetas assumidas, sendo uma delas a pobreza das pessoas idosas. Não descurando o importante ângulo de análise da pobreza como situação de insuficiência de recursos materiais, pretende-se acrescentar como linha de pensamento e reflexão, a dimensão subjetiva e existencial da pobreza das pessoas idosas. Configurada como fenómeno social, não é consensual que as pessoas com mais idade, “vivam ou sintam” a pobreza da mesma forma. Estas inserem-se em condições de existência que não são homogêneas nem homogeneizáveis, porquanto nem todas têm acesso aos mesmos patamares de direitos. Por este prisma, as desigualdades sociais ajudam a configurar uma dimensão social do envelhecimento, que requer uma multiplicidade de olhares sobre o modo como estes elementos confluem para a subjetividade das vivências e trajetórias de vida das pessoas mais velhas. É por isso fundamental analisar os contornos da pobreza, centrada na primeira pessoa, enquanto contributo para a concretização de respostas não padronizadas e humanizadoras, que contemplem a visão da pobreza e do envelhecimento como fenómeno “sentido e vivido”.

Descritores: Envelhecimento; pessoas idosas; pobreza; pobres; subjetividade

ABSTRACT

This article intends to conduct a review about the way older people experiencing poverty, and to reflect on the subjective impact that the experience of this phenomenon in the first person brings to the existential dimension of the human being. Aging translates an outstanding achievement of human development. Numerous speeches also configure aging as a social problem, not leaving to be, cannot overshadow this undeniable civilizational progress. When configured as a social problem, there are various facets, one of which the poverty of the elderly. Not forgetting the important angle of poverty analysis as a failure situation of material resources, we intend to add as a line of reflection, the subjective and existential dimension of poverty of the elderly. Configured as a social phenomenon,

there is no consensus that the older people, “live or feel” poverty in the same way. The conditions of life are not homogeneous, because not all have access to the same rights. In this light, social inequalities help you set up a social dimension of aging, which requires a multiplicity of perspectives on how these elements come together for the subjectivity of experiences and life stories of older people. It is therefore essential to analyze the poverty contours, centered in the first person, as a contribution to the realization of non-standard and humanitarian responses, contemplating the view of poverty and aging phenomenon as “felt and lived.”

Descriptors: Aging; Elderly; Poverty; Poor; Subjectivity

INTRODUÇÃO

Ensaia-se neste artigo uma proposta de análise crítica ao fenómeno social da pobreza das pessoas idosas. Tratando-se de uma questão pouco consensual, as visões padronizadas e heterogéneas acerca desta franja populacional, e em simultâneo do fenómeno da pobreza, podem conduzir a intervenções sociais pouco focalizadas nas reais necessidades das populações que sentem e vivem a pobreza na primeira pessoa.

Deste modo, este artigo segue uma orientação analítica que engloba como primeiro ângulo o envelhecimento como problema social, colocando o enfoque no desenvolvimento alcançado pela humanidade, perante a conquista de mais anos de vida, e em simultâneo abordando a outra face da moeda, ou seja os problemas sociais recorrentes de envelhecer pobre, sem acesso a recursos e serviços básicos na garantia do bem-estar das pessoas idosas.

Seguidamente, a tónica de pensamento centra-se na dimensão subjetiva e existencial da vivência do envelhecimento e pobreza. Parte-se do pressuposto que não existe consensualidade na forma de “viver e sentir” ambas as situações, entendendo-se os efeitos compensatórios dos recursos financeiros sobre as perdas da velhice, ou seja a dimensão material e económica do problema, como apenas uma das faces da questão. A multiplicidade dos sentidos da pobreza, não permite deixar de fora deste debate a dimensão existencial das pessoas mais velhas e porquanto menos objetiva.

O envelhecimento como problema social

O envelhecimento é o resultado inequívoco do desenvolvimento alcançado e do aumento contínuo da esperança média de vida dos seres humanos. Pese embora alguns discursos o transformem continuamente num problema social, que não deixa de o ser em determinadas situações, esta é:

“uma inegável conquista civilizacional. Viver uma vida longa, em condições de bem-estar material e de saúde física e mental, é uma experiência agradável de milhões de pessoas no mundo inteiro. É um ganho indiscutível para cada uma delas, para as suas famílias e para as sociedades em que vivem. Não faz sentido, portanto, considerar que esta evolução é um problema para as sociedades e para as pessoas” (Machado & Roldão, 2010, p.21).

No entanto, ao colocar-se a dimensão social do envelhecimento e da pobreza em debate, a reflexão deixa a descoberto quatro grandes prismas de análise:

- i) A quebra da natalidade, não estando em causa o aumento do número de pessoas idosas, mas sim a diminuição do número de crianças e jovens;
- ii) O financiamento dos sistemas de proteção social, em vertentes como as pensões, reformas ou outras prestações sociais (Machado & Roldão, 2010);
- iii) A dependência das pessoas idosas, na medida em que “...em 2020, em países como a Finlândia, Itália ou Japão, o índice de dependência de idosos, isto é, o rácio entre pessoas com 65 ou mais anos e pessoas dos 15 aos 64 anos, será superior a 50%” (Machado & Roldão, 2010, p.22);
- iv) A inadequação/ineficácia das respostas e equipamentos sociais, baseada na “...necessidade de respostas sociais e familiares adequadas para um número crescente de pessoas que, embora cada vez mais tarde, acabam por ficar dependentes” (Machado & Roldão, 2010, p.22).

Trata-se por isso de considerar que a dimensão social do envelhecimento configura a necessidade de despadronizar as ofertas e repostas sociais para os mais velhos, pois que os diferentes grupos de pessoas idosas comportam necessidades diferenciadas, às quais importa atender.

Os modelos tradicionais de lares de idosos, agora rebatizados como estruturas residenciais, podem nem sempre consistir na alternativa mais humanizada e adequada às diferentes condições em que se encontram as pessoas desta franja populacional, sendo por isso de considerar a:

“descentralização dos prestadores através das instituições locais, no contexto dos serviços de proximidade, respeitando as suas ligações, conhecimentos e adaptabilidade, potenciando os escassos recursos disponibilizados...por outro lado, para prevenir o desenraizamento da pessoa em relação à sua família e amigos, é necessário manter os idosos no seu domicílio...e envolver a família na prestação de cuidados ao seu idoso,

criando-se uma resposta mais económica a nível da política social e mais humana no que respeita ao enquadramento natural do idoso” (Carneiro, 2012, pp.15-16).

A velhice e reforma dissociam-se. “A velhice começa mais tarde – Há idosos mais jovens e outros menos” (Machado & Roldão, 2010, p.23). Esta pode operar na subjetividade do ser humano quando aquando da passagem à reforma, pois, embora contra outros os sinais vitais que não a denunciam, podemos começar a “sentirmo-nos velhos”. Esta é uma questão que pode associar a passagem à reforma a i) uma mudança de estatuto social e rutura com um papel económica e profissionalmente ativo; ii) a um sentimento de desvalorização pessoal; iii) à perda de ligação a pessoas do universo profissional; iv) à diminuição do contacto com os filhos ou perda do cônjuge; v) ao internamento em instituições, sem condições materiais e de integração social dignas; vi) ao desfasamento entre o sentimento da capacidade e competências da pessoa idosa e a ausência de papéis ativos para desempenhar (Machado & Roldão, 2010).

As diferentes facetas do envelhecimento são muitas vezes pautadas pelo prisma das desigualdades sociais, pois as pessoas idosas inserem-se em condições de existência que não são homogéneas, nem todos têm acesso aos mesmos patamares de direitos.

A única homogeneidade processa-se do ponto de vista etário, na medida em que existe um posicionamento na mesma faixa etária, no entanto as singularidades são muitas nomeadamente ao nível da condição perante o trabalho, da profissão exercida, do nível de escolaridade ou do próprio suporte social. Neste sentido “o acesso a determinados direitos, bem como o contexto e história de vida do indivíduo, pode significar menos oportunidades, menos participação, menos estatuto” (Machado & Roldão, 2010, p.25).

Envelhecimento, subjetividade e pobreza

Em situação extrema de desigualdade encontram-se as pessoas idosas pobres, que numa dimensão objetiva podem ver a sua situação traduzida em baixas pensões e rendimentos escassos. Importa considerando que este grupo de pessoas i) se constitui como uma categoria social antiga e numerosa em Portugal; ii) é caracterizado por ter auferido de fracas remunerações durante a vida profissional; iii) possui um historial de descontos irregulares e tardios para o Sistema de Segurança Social; iv) tem condições de vida que refletem a insuficiência dos sistemas de proteção estatal (Machado & Roldão, 2010,

Ao partir-se do pressuposto que “...os recursos financeiros exercem um efeito compensatório sobre as perdas da velhice” (Neri,1993 citado por Martins, Albuquerque, Gouveia, Rodrigues & Neves, 2007) Martin, p.6) os mesmos podem consistir num apoio no acesso à saúde, lazer, conferindo uma sensação de maior segurança contra as perdas do envelhecimento.

No entanto, as nuances podem ser numerosas face aos contextos sociais. Num estudo realizado por Albuquerque, Lobo e Raimundo (1999) no Brasil, citado por Martins et al. (2007) foi verificado que para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, auferir de uma pensão equivalente ao salário mínimo nacional, o benefício era imenso para a autoestima destas pessoas.

“Por mais irrisório que seja, em uma condição de pobreza, este valor significa, muitas vezes, a única fonte de renda fixa de toda a família. Isto confere ao idoso um forte papel social perante seus familiares e a sua comunidade, pois agora pode ter inclusive crédito para comprar móveis e eletrodomésticos” (Martins et al., 2007, p.6).

Vejam-se as inúmeras situações em que são as pessoas idosas as provedoras, em termos financeiros, da subsistência de inúmeras famílias, cujos elementos em idade ativa estão em situação de desemprego. São muitos os idosos que trabalham para sobreviver ou que ajudam os familiares mais jovens.

De entre os vários horizontes conceptuais sobre a definição de pobreza, importa aqui realçá-la como uma situação existencial, mediante a qual são consideradas não apenas necessidades materiais, mas dimensões do foro psicológico, social, cultural, cuja insatisfação produz repercussões em aspetos como a personalidade, a relação com os outros e a sociedade em geral.

Simboliza o início de sérias privações, incluindo a dimensão existencial do “ser pessoa” ao influenciar a perda de autoestima, afetar as relações sociais do sujeito, existindo em muitos casos, uma diminuição da participação das pessoas na vida das comunidades. O começo de um percurso social descendente encontra explicação em boa parte nestes fatores.

Importa realçar ainda, que as consequências da pobreza ao nível existencial podem associar-se a um tipo de pobreza persistente que engloba não só a dimensão monetária, mas igualmente o conceito de privação “... isto é, da medida de acesso a bens e serviços básicos.”ⁱ

A maioria das análises sobre a pobreza partem essencialmente de critérios convencionados que deixam a descoberto dimensões mais subjetivas, não podendo este fenómeno reduzir-se:

“a uma realidade meramente financeira. A falta de rendimentos conduz à situação em que as necessidades básicas não podem ser satisfeitas, o que por sua vez, cria uma situação existencial que atinge os mais diversos e profundos aspetos da vida e da personalidade humanas.” (Bruto da Costa, Baptista, Perista & Carrilho, 2008, p.30).ⁱⁱ

Por este prisma, a perda de direitos elementares obstaculiza o acesso a outros direitos, senão recordemos o nº 1 do artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, fortemente contrariado perante a ocorrência de situações de pobreza:

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos,1948).

Uma das faces da pobreza é a sua relação com a desigualdade social, fenómeno incidente em todo o mundo e associado ao que pode apelar-se de distribuição desigual dos frutos do progresso (Alves, 2011).

As grandes contradições e desigualdades da sociedade contemporânea, compõem os múltiplos fatores implicados no nível subjetivo e existencial da pobreza. Ser pobre implica viver uma experiência impregnada de heterogeneidade, nem sempre passível de ser entendida na sua plenitude, mas que importa ser refletida.

Não existe uma única lógica para agir, viver a experiência social da pobreza. Não existe uma forma única ou recomendável, mas sim gerada pela atitude dos sujeitos. Uma primeira aproximação ao significado desta experiência pode traduzi-la como algo pessoal e subjetivo, um segundo patamar encaminha-nos para o “vivido”, sendo este por si ambíguo e ambivalente, quase irracional, e ao mesmo tempo espelho de uma consciência individual das vivências em sociedade. Outra significação da experiência social da pobreza, situa-a no patamar da atividade cognitiva de apreensão do real, capaz de construir uma determinada interpretação do mundo (Dubet, 1994). Deste modo, o mundo é uma diversidade configurada por cenários de vivências desiguais das pessoas idosas:

“Os que ocupam o tempo em bancos de jardins, centros comerciais passivamente ou em frente à televisão; os que frequentam universidades de terceira idade, visitam museus e exposições e são consumidores regulares de outros produtos de cultura, aqueles que viajam pelo mundo num lazer de luxo, e ainda aqueles que se vêm obrigados a trabalhar num pedaço de terra de que tiram um magro rendimento, são todos idosos, mas de maneira diferente” (Machado & Roldão, 2010, p.25).

O princípio da subjetivação remete-nos deste modo, para uma centralidade no que é do sujeito, na sua autenticidade, no relato da sua experiência dentro do conjunto de “experiências” sobre a pobreza.

O contacto com as vidas “vivas” dos pobres na primeira pessoa, é por isso fonte de desafios para quem os partilha e para quem os pretende retratar e interpretar. É o desvendamento de mundos por vezes ocultos.

CONCLUSÃO

Os contornos do fenómeno do envelhecimento permitem considerá-lo com duas faces da mesma moeda. Por um lado, como importante conquista da ciência ao serviço do Ser Humano, que resultou no aumento inequívoco da longevidade, e por outro prisma como o espelho das desigualdades sociais, que conduzem a que esta fase da vida esteja associada ao fenómeno da pobreza.

Ser pobre quando se é idoso, traduz o contrassenso existente em sociedades nas quais o progresso deveria simbolizar a abolição de condições de vulnerabilidade social, que colocam as pessoas mais velhas à margem de recursos compensatórios das perdas da velhice. Estes recursos simbolizam a possibilidade de auferir de direitos instituídos como o acesso à saúde, lazer ou segurança e são representativos do progresso e desenvolvimento das sociedades mais igualitárias e justas, visíveis no apoio conferido aos mais pobres e vulneráveis.

Esta linha de reflexão, conduz à necessidade de romper com respostas e intervenções padronizadas, que tendem a compactar as necessidades do grupo dos “mais velhos” como iguais e homogéneas. Tal é ainda verificável na definição dos próprios indicadores de pobreza, que conferem à mensurabilidade deste fenómeno quase sempre uma versão monetária ou material.

A diversidade do Ser Humano, dos contextos e grupos sociais, torna cada vez mais pertinente uma análise da pobreza das pessoas idosas assente na sua ligação com o mundo da subjetividade e heterogeneidade dos percursos de vida. Deste modo, a consciência individual da pobreza e a maneira como a mesma pode configurar a identidade de um idoso, só é possível de ser entendida no relato da sua experiência, na análise da sua história de vida. Enfim, na valorização do que é subjetivo, da dimensão mais qualitativa e existencial do que pode significar “ser pobre”.ⁱⁱⁱ

REFERÊNCIAS

Alves, N. (2011). Reflexões sobre o Problema da Pobreza em Portugal. *Brotéria, Cristianismo e Cultura*, 172, p. 45-51.

Bruto da Costa, A., Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P., (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.

Carneiro, R. (Coord.). (2012). *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade – Relatório Final*. Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Católica Portuguesa.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948). Acedido em portal.mj.gov.br.

Dubet, F. (1994). *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget

Glossário de indicadores. Acedido em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt>.

Machado, F. L., & Roldão, C. (2010). *Imigrantes Idosos: Uma nova face da imigração em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Martins, C. R., Albuquerque, F.J.B., Gouveia, C. N. N. A., Rodrigues, C. F. F., & Neves, M. T. S. (2007). *Avaliação da Qualidade de Vida Subjetiva dos Idosos: Uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas* In Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento. 2, pp. 135-254. Porto Alegre.

NOTAS

ⁱ Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011

ⁱⁱ O Índice de Privação Não Monetária Relativa é disso exemplo ao indicar “...para cada indivíduo, a prevalência de privação de 24 itens não monetários disponibilizados pelo ECHP (European Community Household Panel). São eles, divididos por 5 dimensões:

a) Não possuir um dos seguintes itens, exclusivamente por falta de recursos económicos para adquirir – carro ou outra viatura, televisão a cores, gravador de vídeo, microondas, máquina de lavar louça e telefone;

b) Ausência de itens básicos – banheira ou chuveiro, instalações sanitárias devidamente ligadas à rede colectora de esgotos e água quente corrente;

c) Problemas com as condições de habitação e ambiente envolvente – espaço habitável diminuto, ruídos da vizinhança ou exterior, falta de iluminação natural, telhado sem impermeabilização, humidade excessiva na estrutura da casa, danos nos caixilhos das janelas ou no chão, poluição, sujidade ou outros problemas ambientais causados pelo trânsito ou indústrias, vandalismo ou crime na área envolvente à habitação;

d) Falta de capacidade monetária para suportar requisitos básicos – manter a casa a uma temperatura adequada, pagar pelo menos uma semana de férias por ano fora da habitação, substituir mobília gasta/usada, comprar vestuário novo ao invés de roupas em 2ª mão, comer carne de aves e peixe alternadamente, convidar amigos ou familiares para uma refeição pelo menos uma vez por mês;

e) Dívidas – dificuldades em pagamentos agendados, como por exemplo hipotecas, rendas, gastos mensais (águas, luz, etc.).”

ⁱⁱⁱ Glossário de indicadores retirado do site <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt> acedido a 06 de Abril de 2011.

Correspondência: afernandes@ipbeja.pt